



**UNIVERSIDADE
KIMPA VITA**

01 - 01 | 2023

Transferências directas do estado e seu impacto na vida dos cidadãos em Angola. Estudo de caso: Programa “Kwenda”, no município dos Dembos, no período de 2021 a 2022

Direct transfers from the state and their impact on the lives of citizens in Angola. Case study: "Kwenda" Program, in the municipality of Dembos, from 2021 to 2022

Ananias Valentim

Versão eletrónica

URL: <https://ciencia.unikivi.ao/>

Data de publicação: 06-10-2023. Páginas: 14

Editor

RCI-UNIKIVI

Referência eletrónica

Valentim, A. (2023). Transferências Directas do Estado e seu Impacto na Vida dos cidadãos em Angola. Estudo de caso: Programa “Kwenda”, no município dos Dembos. Revista da UNIKIVI. Edição Temática: Ciências Sociais e Humanas. Número Especial: IVº Simpósio de Economia e Gestão da Lusofonia 2023. 01(01), 01-14.



TRANSFERÊNCIAS DIRECTAS DO ESTADO E SEU IMPACTO NA VIDA DOS CIDADÃOS EM ANGOLA. ESTUDO DE CASO: PROGRAMA “KWENDA”, NO MUNICÍPIO DOS DEMBOS, NO PERÍODO DE 2021 A 2022

Direct transfers from the state and their impact on the lives of citizens in Angola. Case study: "Kwenda" program, in the municipality of Dembos, from 2021 to 2022

Ananias Valentim

Universidade Metodista de Angola, Luanda, Angola

ananiasvalentim@hotmail.com | ORCID 0000-0002-3455-1703

RESUMO

O presente artigo avalia o impacto das transferências directas do Estado na vida dos cidadãos em Angola, com um olhar no Programa de Fortalecimento da Protecção Social “Kwenda”, no município dos Dembos, província do Bengo no período compreendido entre 2021 e 2022. Esta pesquisa é de natureza exploratória, bibliográfica e, quanto a abordagem, ela é qualitativa e quantitativa (mista). Para recolha de dados foi utilizado a técnica de inquérito por questionário a 214 beneficiários do programa ao nível do município e recorreu-se igualmente aos relatórios (dados) da Administração Municipal. Os dados foram tratados e processados através do programa Microsoft Excel. O programa teve um impacto positivo no curtíssimo prazo, permitiu aumento do consumo das famílias, pagamento de algumas dívidas, mas no médio prazo, não teve impacto nenhum. Grande parte dos beneficiários não investiram em algum negócio e os poucos que tentaram os seus investimentos não resultaram, levando o programa a não concretizar um dos seus principais objectivos, o de inclusão produtiva. O programa contemplou mais jovens economicamente activos do que idosos ou os que se encontram em estado de invalidez. Os beneficiários não receberam formações de empreendedorismo e/ou gestão de pequenos negócios, o que agravou na gestão ineficiente e ineficaz dos valores recebidos.

Palavras-chave: pobreza, transferências directas, Kwenda, Dembos.

ABSTRACT

This article evaluates the impact of direct transfers from the State on the lives of citizens in Angola, with a look at the Social Protection Strengthening Program "Kwenda", in the municipality of Dembos, Bengo province in the period between 2021 and 2022. This research is exploratory in nature, bibliographic and as for the approach it is qualitative and quantitative (mixed). For data collection, the questionnaire survey technique was used to 214 beneficiaries of the program at the municipal level and the reports (data) of the Municipal Administration were also used. The data were processed and processed through the Microsoft Excel program. The program had a positive impact in the very short term, allowed an increase in household consumption, payment of some debts, but in the medium term had no impact. Most of the beneficiaries did not invest in some business and the few who tried their investments did not work leading the program to not achieve one of its main objectives, that of productive inclusion. The programme has covered more economically active

young people than the elderly or those who are in a state of disability. The beneficiaries did not receive entrepreneurship and/or small business management training, which aggravated the inefficient and ineffective management of the amounts received.

Keywords: poverty, direct transfers, Kwenda, Dembos.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social e a pobreza são temas que actualmente estão no centro das atenções dos académicos, políticos e da sociedade civil em todo mundo. Os governos em todos os países ao assumirem o poder colocam nas suas prioridades governativas o desenvolvimento harmonioso e sustentável das regiões, a redução do êxodo rural, a redução das assimetrias regionais e a redução das desigualdades sociais e da pobreza. Esses objectivos constituem maior preocupação dos cidadãos e pode pesar (tem pesado de certa maneira) na reeleição do governo em caso de os ignorar.

Tal como realçam Samuelson & Nordhaus (2012, p. 324), “Anthony Downs formulou uma nova e poderosa teoria segundo a qual os políticos escolhem as políticas económicas de forma a serem reeleitos” e os autores realçam ainda que em todas as sociedades os governantes traçam políticas e programas de apoio aos pobres.

Neste contexto, uma das variáveis macroeconómicas que os governos têm ao seu dispor e que pode ser utilizado para alcançar esses objectivos são as despesas públicas aonde as transferências directas são inseridas.

Mas, segundo (Kuznets, 1955 & Oshima, 1962, *apud* Graça, 2012) as desigualdades sociais no curto prazo podem igualmente servir de factor impulsionador para o desenvolvimento económico das regiões ou países, isto percebe-se quando afirmam que:

O desenvolvimento económico é fundamentalmente um processo sequencial e desigual. Na fase inicial, quando alguns grupos são deixados para trás, a desigualdade aumenta. Depois, quando todos recuperam o atraso, os benefícios do desenvolvimento repartem-se por um maior número de indivíduos e, consequentemente, a desigualdade diminui (Kuznets, 1955 & Oshima, 1962, *apud* Graça, 2012, p. 93)

A grande questão é que as políticas redistributivas nos países subdesenvolvidos como é o caso de Angola, quando implementadas não alcançam a eficácia e eficiência desejada tendo em conta os sistemas políticos debilitados pela corrupção, nepotismo, abuso do poder, falta ou debilidade no sistema de controlo e avaliação das mesmas, entre outros males. Isto faz com que a desigualdade social e a concentração do rendimento durem uma eternidade, ao contrário da visão de curto prazo de Kuznets e Oshima.

O Estado angolano implementou em 2021 o programa Kwenda com objectivos de apoiar as famílias mais carenciadas e em situação de vulnerabilidade e ao permitir uma inclusão produtiva que combinado com várias políticas de combate a fome e a pobreza contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Este programa, está a cargo do FAS (Fundo de Apoio Social), está avaliado em 420 milhões de USD, 320 milhões de USD financiados pelo Banco Mundial e 100 milhões financiados pelo Tesouro Nacional¹.

O objectivo geral deste artigo é de Avaliar o impacto das transferências directas do Estado em Angola na Vida real dos cidadãos tendo como estudo de caso o Programa de Fortalecimento da Protecção Social “Kwenda”, no município dos Dembos na província do Bengo. Para o alcance do objectivo geral, foram estabelecidos os seguintes objectivos específicos: Analisar a relação das transferências directas do Estado com o bem-estar das famílias, analisar o número de beneficiários

¹ Cfr. <https://fasangola.com>

previstos e o número de beneficiários efectivos, examinar a aplicação dos valores monetários recebidos, perceber as falhas apresentadas pelo programa.

Vários factores estão na base da realização da presente pesquisa. Primeiro é o facto das desigualdades sociais e regionais serem cada vez mais visíveis na economia angolana mesmo com a implementação de vários programas públicos viradas para o empreendedorismo, assistência social, promoção da produção interna.

Em segundo, é o facto de haver necessidade de avaliar, analisar e conhecer o impacto real do Programa Kwenda na vida dos cidadãos, como afirma Samuelson & Nordhaus (2012) os políticos estão preocupados com a manutenção do poder e para isso elaboram e implementam várias políticas eleitoralistas que para eles não lhes interessa muito fazer uma avaliação real do impacto das mesmas aos potenciais eleitores.

Entretanto, dada a importância desta problemática, esta pesquisa vai ajudar aos fazedores de políticas públicas viradas ao sector social da economia a perceberem melhor o quanto é fundamental fazer monitoramento e fiscalização no processo de execução dos programas para se alcançar os objectivos propostos.

Vai igualmente ajudar os cidadãos beneficiários e a sociedade no geral a terem maior noção das suas responsabilidades quanto à eficácia das políticas públicas. É preciso moldar o comportamento dos cidadãos e apelar ao senso de responsabilidade quando beneficia de algum programa público cujos objectivos foram devidamente estabelecidos para se evitar o risco moral.

A presente pesquisa procurou responder à seguinte questão de partida:

Até que ponto o Programa de Fortalecimento da Protecção Social “Kwenda impactou na vida real dos munícipes beneficiados nos Dembos no período de 2021 a 2022?

O artigo está estruturado em seis secções. Na primeira secção fez-se a introdução para situar o leitor de forma clara e objectiva sobre o assunto (tema) estudado. A segunda secção foi reservada para enquadramento teórico, onde se procurou compreender o assunto através de abordagens de vários autores cujas fontes foram livros, manuais, dissertações, artigos científicos. A terceira secção apresenta a metodologia utilizada, as técnicas e instrumentos de pesquisa bem como a população e amostra. Os resultados da pesquisa e a discussão dos mesmos foram apresentados na quarta secção. Na quinta secção apresentam-se as conclusões ou considerações finais da pesquisa e finalmente, na sexta secção as referências bibliográficas.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Definição de termos e conceitos

2.1.1 Despesas públicas

A despesa pública é o conjunto de gastos realizados pelos gestores públicos para compra de bens e serviços e/ou em investimentos² (Soares, 2010). De acordo com Jund (2008) as despesas públicas são gastos fixados no orçamento geral e que o governo realiza, visando à realização e ao funcionamento dos serviços públicos.

2.1.2 Pobreza

A pobreza, segundo Samuelson & Nordhaus (2012, p. 389) pode ser entendida como “uma condição em que as pessoas têm rendimentos inadequados”. Os autores ainda avançam que “a pobreza foi oficialmente definida nos anos de 1960 nos EUA como um rendimento insuficiente para comprar alimentos, vestuário, alojamento e outras necessidades básicas”.

Para Graça (2012) a pobreza é o estado pelo qual os indivíduos encontram-se impedidos os seus direitos à saúde, à educação e a nutrição adequada, e a destruição das suas aspirações, esperança e a fruição da vida futura.

² Cfr. <https://www.bing.com/>

2.2 Intervenção do Estado na economia

Em qualquer sociedade, a satisfação das necessidades dos indivíduos pode ser efectuada de duas formas distintas: através da interacção das forças de mercado e através da intervenção do Estado (Cruz, 2008). Ainda, de acordo com este autor, os dois domínios (interacção das forças de mercado e a intervenção do Estado) são inseparáveis em todas as sociedades apesar de que pode se verificar numa dada sociedade maior predominância da economia de mercado enquanto numa outra sociedade predomina os traços da economia pública.

Samuelson e Nordhaus (2005) reconhecem a importância da intervenção do Estado na economia quando afirmavam:

Embora o mecanismo de mercado seja uma forma excelente de produzir e alocar bens por vezes as falhas do mercado levam a falhas no resultado económico. Os governos podem intervir para corrigir as falhas. O papel do governo numa economia moderna é essencialmente assegurar a eficiência, corrigir uma repartição do rendimento injusta e promover o crescimento e a estabilidade económico (Samuelson & Nordhaus, 2005, p. 43)

Apesar do reconhecido papel da intervenção do Estado na economia muitos apresentam-se como críticos ou cépticos a esse intervencionismo estatal. O Estado é excessivamente intervencionista, cria monopólios, os impostos elevados distorcem a afectação de recursos, a segurança social pode sobrecarregar os trabalhadores nas décadas seguintes, entre outros males. Na tentativa de resolver as falhas do mercado a intervenção do Estado tem causado igualmente muitas falhas. Entretanto, para os críticos, o Estado é mais problema do que a solução (Cruz, 2008; Samuelson & Nordhaus, 2005).

A intervenção do Estado na economia tem suas raízes na antiguidade. Como afirma Gastaldi (2005, p. 233) “na história económica da antiguidade, vamos encontrar os primórdios da economia dirigida e da intervenção estatal na vida económica”.

Os economistas clássicos a partir do século XVIII defenderam o Estado mínimo. Adam Smith perspectivava a intervenção do Estado na economia por um lado, para criar condições que permitam o funcionamento dos mercados (defesa contra agressões externas, segurança, defesa da propriedade) e por outro lado, prover bens públicos. Em outras palavras, a intervenção do Estado na economia tem a ver com sua função afectação (Pereira, Afonso, Arcanjo, Santos, 2012).

Ao contrário do Estado mínimo, vários autores defendem o Estado protector ou Estado de bem-estar (*welfare state*). Pereira, *et al.*, (2012) afirmam que o Estado de bem-estar intervém pois, deliberadamente, nos mercados para garantir um rendimento mínimo, permitir que haja alguma segurança através da cobertura de alguns riscos (doença e invalidez) e fornecer um conjunto de bens considerados meritórios (educação básica, cuidados primários de saúde e outros). Deste modo, o Estado é uma instituição necessária para alcançar os objectivos de uma sociedade mais justa (Pereira, *et al.*, 2012).

Soares (2010) afirma igualmente que o Estado-Providência se fundamenta na ideia de que este tem um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e das assimetrias regionais através da implementação de políticas de redistribuição do rendimento (políticas fiscal e/ou política social), garantindo assim os subsídios de desemprego, pensões, abonos de família e rendimento mínimo garantido.

Com a grande depressão em 1929 e a 2ª Guerra Mundial, surge uma outra concepção sobre a intervenção do Estado na economia e consequentemente sobre as finanças públicas. Neste sentido, a intervenção do Estado na economia para estabilização macroeconómica e a redistribuição de rendimentos para as famílias mais carenciadas constituem duas variáveis fundamentais para as finanças públicas (Soares, 2010; Pereira, *et al.*, 2012; Maia, 2014).

Entretanto, enquanto os clássicos defendiam um peso reduzido do Estado na economia, um orçamento equilibrado, neutro e reduzido onde a principal fonte de receita são os tributos e não o

endividamento. Já os defensores do *welfare state* acreditam que as finanças intervencionistas são compatíveis com orçamentos deficitários e com um peso significativo do Estado, onde as despesas sociais (com ênfase as transferências de rendimentos para as famílias) são consideráveis.

2.2.1 Funções do Estado: afectação, distribuição e estabilização

Um estado interventivo tem essencialmente três principais funções a cumprir, nomeadamente: função afectação, função distribuição e a função de estabilização. Assim, nesta secção far-se-á um breve enquadramento de cada uma delas.

– Função afectação

Os mercados no seu funcionamento apresentam falhas no fornecimento de bens e serviços públicos, isto é, os mercados não estão interessados em fornecer bens públicos e é neste sentido que o Estado intervém com a função afectação para corrigir essa falha do mercado e os efeitos das externalidades aumentando a eficiência no uso dos recursos (Cruz, 2008).

Também, Pereira *et al.*, (2012) reconhece a ineficiência dos mercados em fornecer bens públicos quando afirmam:

No caso dos bens públicos, os mercados competitivos, ou não conseguem fornecer nenhuma quantidade desses bens, ou fornecem quantidades insuficientes, desta forma diz-se que a provisão voluntária de bens públicos será sempre ineficiente e abaixo do nível óptimo. A razão principal resulta da não rivalidade no consumo e no comportamento potencialmente borlista (...) (Pereira *et al.*, 2012)

Quando o Estado constrói hospitais, escolas, estradas, zonas de lazeres, fornece electricidade e água potável, por exemplo, estará cumprindo com a sua função afectação.

– Função distribuição

É sobre essa função do Estado que esta pesquisa tem seu maior foco, é aqui aonde se encontram as transferências directas do Estado que é o tema deste artigo.

A distribuição óptima do rendimento socialmente justa é uma questão normativa que depende das preferências sociais. A distribuição do rendimento feito através dos mecanismos do mercado leva em consideração factores como as dotações iniciais de capital, a sorte, a capacidade individual, entre outros. Assim, geralmente a distribuição de rendimento feito pelo mercado não corresponde com aquilo que a sociedade considera distribuição justa do rendimento.

Neste contexto, Cruz (2008) salienta que cabe ao Estado intervir na economia no sentido de fazer uma melhor distribuição do rendimento que seja socialmente justa, retirando aos mais ricos (impostos) e dar aos mais pobres (transferência).

Na prática, o Estado cumpre com a essa função quando aplica impostos progressivos aos rendimentos tanto das famílias quanto das empresas, quando oferece bolsas de estudo aos mais necessitados, quando oferece bónus de famílias, quando paga subsídios de desemprego, quando transfere valores monetários às famílias ou cidadãos mais carenciados, entre outras políticas.

Muitos economistas conservadores defendem ideias contrárias ao Estado de bem-estar. Em outras palavras, não são a favor e consideram inúteis as políticas do Estado que visam redistribuir de forma justa o rendimento. Pode-se perceber por exemplo, o quanto Malthus era extremamente contra o Estado de bem-estar a partir do seguinte trecho:

Se, por uma subscrição dos ricos, os pobres passassem a receber uma assistência um pouco maior, poder-se-ia imaginar que eles seriam capazes de viver melhor com um nível maior de consumo de alimentos. Para ele, essa seria uma conclusão totalmente falsa, na medida em que a elevação dos rendimentos dos pobres acarretaria um aumento na demanda por víveres e, conseqüentemente, uma elevação nos preços dos alimentos (Oliveira & Gennari, 2009, p. 74)

Muitos economistas como Malthus acreditam que quando os pobres recebem ajuda financeira em vez de investirem, empreenderem e economizarem, gastam tudo comendo e bebendo sem se preocupar com o amanhã (porque os pobres não têm sonhos, tão pouco pensam no amanhã). Como se pode perceber na afirmação de Malthus:

(...) Os pobres trabalhadores vivem o presente e nunca se preocupam em economizar e fazer poupança. Com essa visão moral acerca dos pobres e com esse argumento, Malthus conclui que os trabalhadores, mesmo quando têm oportunidade de economizar, raramente a utilizam; mas, falando de maneira geral, tudo o que ganham acima de suas necessidades presentes vai para a cervejaria (...) (Oliveira & Gennari, 2009, p. 75)

As políticas paroquiais e políticas do governo para amparar e ajudar os pobres têm externalidades negativas porque em vez de resolverem os desequilíbrios na distribuição dos rendimentos elas incentivam ainda mais os pobres a fazerem muitos filhos e a consumirem mais álcool agravando com isso, a escassez de recursos, tornando a economia insustentável (Graça, 2012).

A escassez de recurso numa determinada região, aliada à escassez de infraestruturas e serviços básicos, é um dos principais factores do êxodo rural. As transferências directas do Estado para as famílias pobres (mais carenciadas) em vez de servir de factor multiplicador do rendimento, provoca um incremento no consumo agregado que consequentemente faz subir o nível geral de preços (mantendo-se constante o nível de produção), os bens e serviços escasseiam-se e a economia como um todo recente (Gennari, 2008; Graça, 2012).

O Estado-Providência ao implementar políticas de redistribuição socialmente justa do rendimento nacional, procura quebrar o ciclo vicioso da pobreza e garantir a sustentabilidade económica e social. Portanto, as transferências do Estado é uma variável macroeconómica que tem um impacto directo sobre o Produto Nacional Bruto (PNB) e a renda disponível das famílias (Y_d) que consequentemente (*ceteris paribus*) aumenta o consumo das famílias, conforme referem (Soares, 2010; Sousa & Gomes, 2011), e isto pode ser evidenciado facilmente através do multiplicador das transferências ($\frac{c}{1-c(1-t)+m}$) e da fórmula da renda disponível:

$$\frac{dY}{dTr} = \frac{c}{1-c(1-t)+m} \quad (1)$$

$$\frac{dY}{dTr} > 1 \quad (2)$$

$$Y_d = Y - T + Tr \quad (3)$$

Entretanto, para se evitar o risco moral e a selecção adversa das políticas das transferências directas do Estado é necessário haver uma definição objectiva, clara e transparente dos critérios e requisitos para os beneficiários. E, em todo processo de transferências, o monitoramento e a avaliação do programa são indispensáveis para se corrigir os erros e encaminhar tecnicamente os beneficiários no sentido de os tornar financeiramente independentes e sustentáveis.

Mas, Artur Okun analisou os custos da redistribuição do rendimento e apresentou o dilema segundo a qual, “as medidas redistributivas, como os impostos progressivos sobre o rendimento, reduzem o produto real ao reduzirem os incentivos ao trabalho e à poupança” (Samuelson & Nordhaus, 2005).

– Função estabilização

É através desta função que o Estado utiliza as políticas fiscal e monetária tendo em conta de que nas economias de mercado, o pleno emprego e a estabilização de preços não ocorrem de forma automática tal como os clássicos defendem, mas sim através da intervenção do Estado (Cruz, 2008).

Soares (2010) realça igualmente que o Estado implementa políticas cíclicas ou de estabilização para corrigir no curto prazo os desequilíbrios nas taxas de emprego, a inflação ou défices orçamentais.

3 MÉTODOS

Esta pesquisa é de natureza exploratória, bibliográfica e documental com abordagens quantitativa e qualitativa (mista).

Em Angola poucos estudos foram feitos sobre as transferências directas do Estado e seus efeitos na vida real dos cidadãos e para perceber melhor o assunto recorreu-se à várias obras científicas como manuais, livros e artigos científicos bem como em documentos (relatórios) da Administração municipal dos Dembos, portanto, é por essa razão que esta pesquisa quanto à natureza ela é exploratória, bibliográfica e documental. E, Quanto à abordagem, esta pesquisa é qualitativa e quantitativa (abordagem mista).

O universo é constituído por 1 754 munícipes beneficiados pelo Programa Kwenda, tendo-se retirado uma amostra de 214, sendo 42 do género masculino (M) e 172 feminino (F) (ver tabela 1).

Tabela 1

Caracterização da amostra por género dos munícipes

Amostra por género			
Género	F & M	M	F
Total	214	42	172

Fonte: Elaboração própria com base ao inquérito realizado aos beneficiários, 2021-2022.

Quanto a faixa etária dos beneficiários inqueridos, conforme a tabela 2 e a figura 1, varia entre os 25 anos de idade e mais de 65 anos. Maior parte dos inqueridos encontram-se na faixa etária dos 25 aos 34 anos com 33,18 %. Os dados obtidos contradizem os objectivos que o programa se propõe alcançar que é ajudar os mais carenciados satisfazerem suas necessidades básicas por meio do empreendedorismo. Grande parte dos beneficiados são jovens entre os 25 anos de idade e os 34 anos de idade com 33,18 %, sendo que os munícipes idosos (economicamente inactivos) representam apenas 12,62 % dos beneficiários inqueridos.

Tabela 2

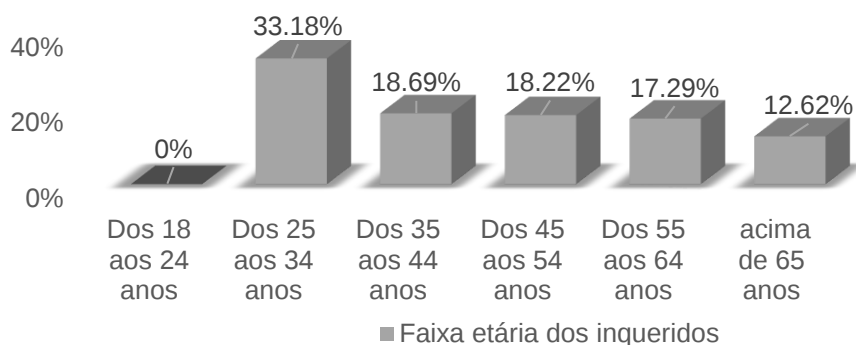
Caracterização da amostra por faixa etária.

Faixa etária dos inquiridos					
Dos 18 anos aos 24 anos	Dos 25 anos aos 34 anos	Dos 35 anos aos 44 anos	Dos 45 anos aos 54 anos	Dos 55 anos aos 64 anos	Acima de 65 anos
0	71	40	39	37	27

Fonte: Elaboração própria com base ao inquérito realizado aos beneficiários, 2021-2022.

Figura 1

Caracterização da amostra por faixa etária.



Fonte: Elaboração própria com base ao inquérito realizado aos beneficiários, 2021-2022.

Para recolha de dados, além dos relatórios da Administração municipal dos Dembos, elaborou-se dois inquéritos por questionário, um para a Direcção da Acção Social com quatro perguntas acompanhadas com várias alíneas com perguntas fechadas, semifechadas e perguntas abertas.

E, o segundo inquérito foi direccionado para alguns munícipes beneficiários do programa Kwenda. O questionário tinha igualmente quatro questões compostas por várias alíneas contendo perguntas abertas, semifechadas e fechadas.

A pesquisa (inquérito) foi conduzida de acordo com os padrões éticos e legais exigidos, obedecendo ao princípio do anonimato e os dados recolhidos serviram única e exclusivamente para o presente artigo científico. Para o processamento, análise e tratamento de dados utilizou-se o programa Microsoft Excel.

3.1 Breve caracterização do município dos Dembos

Dembos é um dos municípios da província do Bengo localizado a Nordeste da província, com uma extensão territorial de 2 444 Km², sendo a vila de Quibaxe a sua sede³. Com uma densidade populacional de 9 habitantes por Km², estima-se que a sua população é aproximadamente de 41 942 habitantes⁴.

O município dos Dembos é limitado a Norte pela província do Uíge, a Sul pelo município do Pango Aluquém, a Este pelo município de Bula-Atumba e a Oeste pelo município do Dande. As Línguas nativas mais faladas nos Dembos são a Língua Kimbundo e Dihungo. O município dos Dembos é potencialmente rico em recursos naturais, como terras aráveis, hidrografia, fauna, flora e mármore. A principal actividade económica desenvolvida nessa região do país é a agricultura de subsistência (Memorando sobre os Dembos, 2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O programa Kwenda no município dos Dembos

O Programa de Fortalecimento da Protecção Social “Kwenda” ao nível do município dos Dembos previa beneficiar um total de 1 962 munícipes distribuídos nas quatro comunas. A comuna com mais beneficiados é a de Quibaxe (comuna sede) pelo facto de ser a mais habitada e a que menos beneficiários teve é a comuna do Coxe igualmente, pelo facto de ter menos habitantes. Há cidadãos (um total de 208) que foram cadastrados para abrangerem no programa e que os nomes figuraram nas listas dos apurados, mas que não receberam os respectivos valores (ver tabela 3 e figura 2).

Tabela 3

Número de beneficiários previstos e efectivos

Comuna	Previstos	Efectivos		
		Homens	Mulheres	Sub-Total
Quibaxe	949	351	466	817
Piri	632	180	398	578
Paredes	239	102	125	227
Coxe	142	65	67	132
Sub-Total	-	698	1 056	-
Total Geral	1 962	1 754		1 754

Fonte: Elaboração própria com base aos dados da Administração Municipal dos Dembos, 2021-2022.

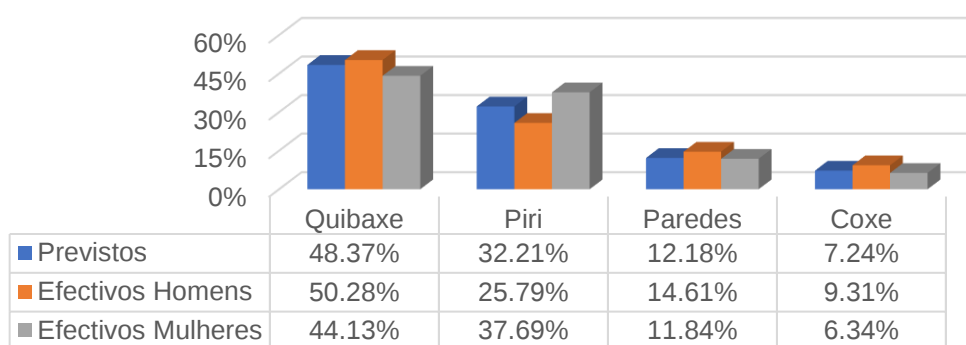
³ Relatório Anual do Governo da província do Bengo (2019).

⁴ Cfr. <https://www.ine.gov.ao>

RCI-UNIKIVI, 2023; 01(01): 01-14
Artigo de acesso aberto.

Figura 2

Percentual de Beneficiários previstos e efectivos por comunas.



Fonte: Elaboração própria com base aos dados da Administração Municipal dos Dembos, 2021-2022.

De acordo com o inquérito realizado (ver tabela 4 e figura 3), foi possível perceber que 66,36 % dos beneficiários inqueridos são trabalhadores por própria, 19,16 % são desempregados e 14,49 % são economicamente inválidos (as causas da invalidez difere de pessoa para pessoa, uns por motivos de doenças crónicas, outros pela idade avançada).

Se o objectivo do programa é ajudar os mais carenciados a serem empreendedoras e por meio disso satisfazerem suas necessidades, os dados mostram que os inválidos e desempregados respectivamente foram os que menos beneficiaram do programa.

Tabela 4

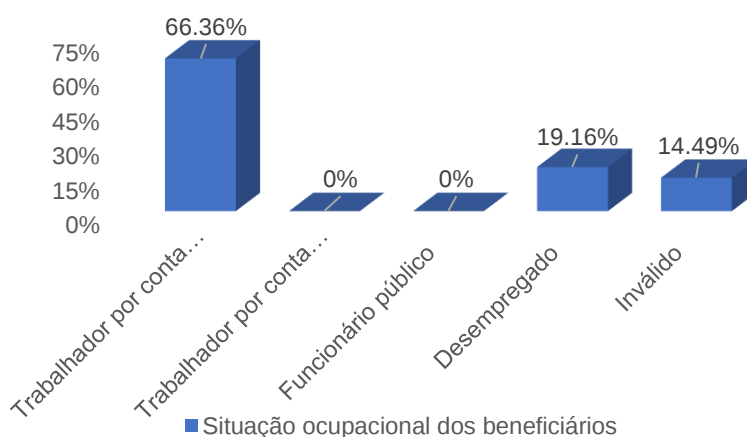
Estado ocupacional dos beneficiários inqueridos.

Trabalhador por conta própria	142
Trabalhador por conta de outrem	0
Funcionário público	0
Desempregado	41
Inválido	31
Total	214

Fonte: Elaboração própria com base ao inquérito realizado aos beneficiários, 2021-2022.

Figura 3

Estado ocupacional dos beneficiários inqueridos em percentagem



Fonte: Elaboração própria com base aos ao inquérito realizado aos beneficiários, 2021-2022.

Cada beneficiário do programa Kwenda recebeu oito mil e quinhentos kwanzas (8 500,00) por mês durante um ano, totalizando cento e dois mil kwanzas (102 000,00). Este valor foi redistribuído em parcelas em cada quatro meses, num valor de vinte e cinco Mil e quinhentos kwanzas (25 500,00).

A tabela 5 mostra que houve beneficiários que esperaram seis meses (29 cidadãos) e há quem esperou cerca de um ano (21 cidadãos) para receber os valores, recebendo-os em duas parcelas e em uma parcela respectivamente.

Tabela 5

Período de espera para receber as parcelas

Valor em KZ	Parcelas	Beneficiários	Tempo de espera	Nº de beneficiários
			1 Mês	0
			2 Meses	0
102 000,00	1	21	3 Meses	0
	2	29	4 Meses	164
	3	164	5 Meses	0
			6 Meses	29
			1 Ano	21

Fonte: Elaboração própria com base ao inquérito realizado aos beneficiários, 2021-2022.

Como se pode observar na tabela 6 e no figura 4, os valores recebidos pelos beneficiários foram gastos para atender várias necessidades. Realçar que o Estado ao transferir os valores monetários às famílias mais carenciadas, esperava a aplicação dos mesmos em projectos de investimentos (micro negócios) no sentido de os incluir no sector produtivo e que no médio-longo prazo estas famílias pudessem viver com base aos rendimentos provenientes dos negócios desenvolvidos. Mas, a pesquisa mostrou que apenas 6,07 % dos inqueridos aplicou o dinheiro em algum negócio, 9,81% investiu no sector da agropecuária, mas 62,1 % dos inqueridos respondeu ter gastado os valores em outras necessidades não espelhadas pela tabela 5, como bebidas, pagamento de dívidas, entre outras.

Ainda de acordo com os inqueridos, muitos negócios funcionaram nos dois primeiros meses, acabando por falir nos momentos posteriores por várias razões como o volume baixo do investimento, a demora na recepção das parcelas previstas, as necessidades básicas serem elevadas e que levaram a gastar os lucros e o capital.

Tabela 6

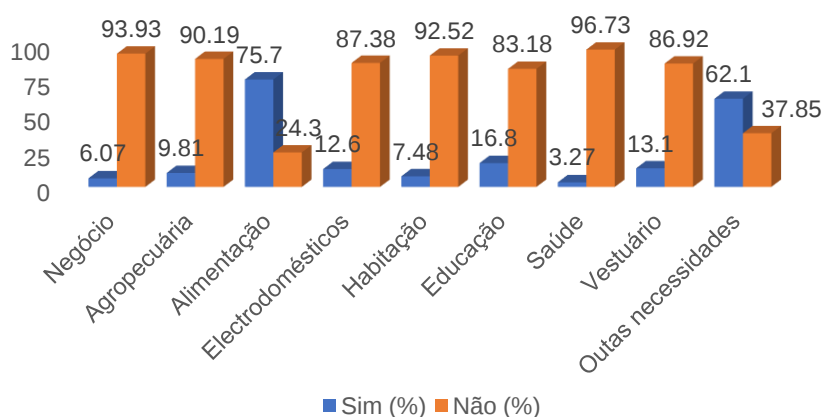
Dispêndio dos valores recebidos

Necessidades	Sim	Não
Negócio	13	201
Agropecuária	21	193
Alimentação	162	52
Electro domésticos	27	187
Habitação	16	198
Educação	36	178
Saúde	7	207
Vestuário	28	186
Outras necessidades	133	81

Fonte: Elaboração própria com base ao inquérito realizado aos beneficiários, 2021-2022.

Figura 4

Dispêndio dos valores recebidos em percentagem



Fonte: Elaboração própria com base ao inquérito realizado aos beneficiários, 2021-2022.

De acordo com os dados obtidos da Administração municipal e dos beneficiários inqueridos, várias são as falhas apontadas na execução do programa Kwenda, tal como a tabela 7 ilustra.

Tabela 7

Algumas falhas apontadas ao programa Kwenda

Nº	Falhas
1	Exclusão de muitos idosos e economicamente inválidos
2	Inclusão de muitos jovens (economicamente activos)
3	Elevado tempo de espera para receber as parcelas previstas
4	Alguns seleccionados não receberam o valor
5	Falta de acompanhamento e monitoramento por parte das entidades competentes
6	Valor monetário muito baixo tendo em conta os níveis inflacionários na economia
7	Falta de acção formativa de empreendedorismo e gestão de pequenos negócios

Fonte: Elaboração própria baseado no inquérito realizado e dados da Administração Municipal, 2021-2022.

5 CONCLUSÃO

O programa Kwenda foi implementado pelo governo angolano com uma parcela do financiamento do Banco Mundial, cujo objectivo é apoiar as famílias mais carenciadas e incluí-los no sector produtivo.

A literatura económica consultada apresenta vários autores que demonstraram haver uma relação positiva entre as transferências do Estado e satisfação das necessidades dos cidadãos (bem-estar social). Apesar disso, muitos autores apresentam-se sépticos com políticas de apoio aos mais desfavorecidos e os mais radicais não são a favor do *welfare state*.

Dos 1 962 munícipes beneficiar previstos e cadastrados, 208 ficaram sem beneficiar o programa. Maior parte dos munícipes beneficiados foram jovens com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos com 33, 18 %, sendo predominante o género feminino com 172.

Do total geral dos beneficiados pelo programa no período avaliado nesta pesquisa, a pesquisa mostrou que apenas 6,07 % dos inqueridos aplicou o dinheiro em algum negócio, 9,81 % investiu no sector da agropecuária, mas 62,1 % dos inqueridos gastou os valores em outras necessidades como bebidas, pagamento de dívidas, entre outras. Ainda de acordo com os inqueridos, muitos negócios funcionaram nos dois primeiros meses, acabando por falir nos momentos posteriores por

várias razões como o volume baixo do investimento, a demora na recepção das parcelas previstas, as necessidades básicas elevadas levando a gastar os lucros e o capital.

O programa apresenta várias debilidades do ponto de vista da operacionalidade, sendo destacadas as seguintes: exclusão de grande parte dos idosos e os que economicamente são considerados inválidos, Elevado tempo de espera das parcelas, valor monetário muito baixo, falta de monitoramento e acompanhamento por parte as entidades competentes, falta de sessões formativas dos beneficiados em matérias de empreendedorismo e gestão de pequenos negócios.

O Kwenda nos Dembos teve um impacto positivo no curtíssimo período, tendo em conta de que nas fases em que as famílias recebiam os valores satisfaziam algumas necessidades básicas como a alimentação, vestuário, alguns construíram e/ou reabilitaram suas residências, uns saldaram algumas dívidas, entre outros tipos de despesas. Já no curto prazo, o impacto é nulo, primeiro porque grande parte dos beneficiários não aplicaram os valores recebidos e os poucos que tentaram aplicar os seus investimentos (pequenos negócios) já não existem.

Sugere-se ao governo o aumento das parcelas monetárias na metade do salário mínimo nacional para dar maior capacidade de consumo das famílias beneficiadas. Por outro, as entidades competentes devem capacitar os beneficiados em matérias de empreendedorismo e gestão de negócios de pequeno porte para garantir ma gestão eficiente dos valores recebidos e consequentemente uma inclusão no sector produtivo da economia e torná-los independentes no médio-longo prazo.

Para os pesquisadores, sugerimos que façam pesquisas mais aprofundadas sobre o impacto do Kwenda para as comunidades, quanto a inclusão no sector produtivo da economia.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Pereira, P. T, Afonso, A., Arcanjo, M. & Santos, J. C. G. (2012). *Economia e Finanças Públicas*. Lisboa: Escolar Editora.

Cruz, J. N. (2008). *Economia e Política: Uma abordagem dialéctica da escolha pública*. Coimbra: Coimbra Editora.

Jund, S. (2008). *Administração, orçamento e contabilidade pública* (3ª ed.). Rio de Janeiro: elsevier.

Oliveira, R. & Gennari, A. M. (2009). *História do Pensamento Económico*. São Paulo: Editora Saralva.

Samuelson, A. P. & Nordhaus, D. W. (2008). *Macroeconomia*. 18ª Edição. Lisboa: Editora The McGraw-Hill.

Soares, J. C. (2010). *Dicionário de Economia*. Plátano Editora. Lisboa.

Sousa, M. E. F. & Gomes, O. (2011). *Análise Económica, Conceitos e Exercícios Resolvidos*. 2ª edição. Lisboa: Edições Silabo.

Memorando sobre o município dos Dembos, 2022.

Relatório Anual do Governo da província do Bengo (2019).

<https://fasangola.com>, acesso no dia 19 de Fevereiro de 2023, pelas 14h12 minutos.

<https://www.ine.gov.ao>, acesso no dia 7 de Março de 2023, pelas 22h31 minutos.

<https://www.bing.com>, acesso aos 21 de Abril de 2023, pelas 10h05.